
JOÃO FREIRE

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

O Auto-emprego: Alguns Comentários sobre Dados Recentes

137

Aborda-se o fenómeno do auto-emprego, uma modalidade de actividade económica cujo significado nas sociedades industriais de economia de mercado não tem recebido reconhecimento social equivalente à sua importância efectiva. Após identificar uma série de factores que permitem

contextualizar a relevância actual do fenómeno em análise, o autor, apoiando-se nos dados do Censo de 1991 já disponíveis e nos resultados de um inquérito recente, ensaia um conjunto de comentários com vista à caracterização sociológica da situação portuguesa neste domínio.

1. O auto-emprego, ou trabalho por conta própria, ou ainda trabalho independente, é, desde há muito, uma modalidade de actividade económica estável e significativa, embora reduzida, no quadro do desenvolvimento das sociedades industriais de economia de mercado. Contudo, o seu reconhecimento social tem geralmente ficado aquém da sua importância efectiva e da função que desempenha, quer para os próprios, quer para o conjunto da sociedade. Talvez que, no plano histórico, gorado o objectivo ideal de uma economia mercantil de pequenos produtores e comerciantes libertos dos vínculos e entraves do *ancien régime*, em favor de um rápido desenvolvimento do capitalismo, da indústria e do salarido, tais figuras tenham sido longamente recalçadas e reprimidas nos imaginários sociais, com a notável excepção da agricultura familiar europeia, ela mesma objecto de medidas de protecção e excepção, cujos efeitos e controvérsia continuam a fazer parte do nosso quotidiano.

Por outro lado, o desígnio alimentado pelos regimes socialistas de liquidação da pequena propriedade e da produção individual — ainda quando tais medidas foram

suavizadas, proteladas ou mesmo remetidas para as calendas gregas por razões de realismo político — terá certamente contribuído para o obscurecimento destes trabalhadores, patrões de si próprios, que, por um momento, haviam constituído mesmo um projecto de emancipação social: o de ser útil e produtor, sem ser “servo nem senhor”.

Tais independentes foram vistos durante muito tempo como uma categoria que, progressivamente, se ia esvaziando de efectivos, pequena burguesia tradicional destinada a alimentar os grossos contingentes assalariados e, entretanto, condenada a viver nas margens da exploração capitalista, com o seu quê de teimoso anacronismo face às virtudes da escala, da organização e da produtividade.

Na realidade, as estatísticas confirmarão este decréscimo histórico, sobretudo provocado pelo abandono agrícola, a quebra do pequeno comércio perante o “supermercado” e as dificuldades da transmissão hereditária das vocações artesanais face às novas condições da concorrência e do nível de vida dos assalariados. Porém, nunca com a clareza e a rapidez que lhe auguravam tantos analistas.

Por outro lado, a dimensão e as modalidades do trabalho independente são um indicador extremamente sensível, não apenas do crescimento do produto nacional, da industrialização e da terciarização, mas também de factores sociais e culturais associados a estas mudanças, pelo que é sempre muito delicada a comparação internacional de taxas de assalariamento, de independência ou outras referentes ao estatuto em que os indivíduos activos desenvolvem a sua actividade.

2. Nas últimas duas décadas, este quadro pareceu alterar-se. Não que a reputação social dos trabalhadores independentes se tenha substancialmente alterado, mas porque, aproveitando os novos cenários de crise económica e de perda de poder e atractividade do salariedade, mais e mais trabalhadores foram tentados, ou “empurrados” para a aventura do estabelecimento por conta própria (Clutterbuck, 1986). Então, os números dos independentes — que haviam sempre sido significativos — ganharam outra visibilidade e crédito sociais e o auto-emprego passou a ser visto como uma interessante possibilidade de desenvolvimento de políticas governamentais de emprego, ao mesmo tempo que correspondia a certas práticas recentes de gestão das grandes empresas e confortava os discursos ideológicos

mais ou menos liberais que enfatizavam o mérito do esforço e do sucesso individuais (OIT, 1990).

Com efeito, a literatura recente sobre este fenómeno tem acentuado a importância do contexto da crise de emprego, em particular nos países europeus, para explicar esta inversão de tendência e a recente subida dos níveis do auto-emprego. Nos anos 80, teria havido um aumento da percentagem de independentes face a outros estatutos de actividade, por exemplo, em países que têm visto subir as suas taxas de desemprego como a Bélgica, a Alemanha, a Itália ou a Espanha (Meulders e Tytgat, 1989). A economia paralela ou informal aparece também, naturalmente, ligada ao crescimento do auto-emprego em contexto de crise, embora aqui ela contribua mais para obscurecer a dimensão do fenómeno do que para o precisar (Handy, 1985).

Um segundo factor visto como catalisador do auto-emprego é a tendência recente das grandes empresas modernas, sujeitas a imperativos de rentabilidade sempre mais exigentes, para descentralizarem, externalizarem e subcontratarem parcelas cada vez maiores das suas actividades não essenciais. A flexibilização dos modos de gestão empresarial está, assim, estreitamente ligada à progressão do novo trabalho independente (Atkinson, 1986).

Por outro lado, uma das vertentes do desenvolvimento tecnológico mais recente aparece fortemente associada à noção de “tele-trabalho”, nomeadamente em actividades intelectuais e de processamento de informação, possibilitando o seu exercício, isolado e ao domicílio (ainda que trabalhando em rede comunicacional), por parte de investigadores, projectistas, criadores, decisores, ou de simples operadores. Logicamente, trata-se de mais um factor de estímulo da independência e do auto-emprego (Felstead e Leighton, 1992).

Uma dimensão também citada para explicar o crescimento do trabalho independente refere-se às exigências de maior autonomia e responsabilização no trabalho, associadas a habilitações e escolaridades mais importantes de um maior número de indivíduos, num quadro de mudanças de valores civilizacionais, que passariam, por exemplo, por uma nova forma de avaliar a segurança do emprego e o nível de rendimentos ou de gerir os tempos da actividade profissional, no curto como no longo prazo (Dahrendorf *et al.*, 1987).

Por último, estes fenómenos inserem-se igualmente num contexto de debate — social e teórico — sobre a interpenetração e globalização das economias, a desregulamentação

das condições de prestação de trabalho e a reavaliação das suas condicionantes e consequências, designadamente no aspecto das chamadas “condições de trabalho” (que incluem, por exemplo, a duração do trabalho, a autonomia usufruída pelo trabalhador no desempenho da função ou os riscos de acidente de trabalho).

Neste quadro, parece-nos um interessante sintoma o facto de, num recente inquérito europeu sobre a saúde e segurança no trabalho ¹, se ter expressamente contemplado a categoria dos independentes como trabalhadores, ao lado dos assalariados, constituindo, de resto, a significativa quota de 19% do total da “força-de-trabalho” assim considerada.

3. Com os dados do Censo de 1991 já disponíveis, podemos fazer algumas observações sobre as distribuições encontradas e breves comparações com o Censo de 1981, apesar de se terem utilizado apenas dados muito agregados, que só permitem uma aproximação grosseira do fenómeno.

Assim, para o total da população activa do Continente, regista-se uma perda de trabalhadores por conta própria (598 073 em 1981, para 529 977 em 1991), que é inteiramente devida à rápida redução dos efectivos do sector primário agrícola (cerca de menos 137 mil unidades, ou seja, a uma taxa média superior a 13% ao ano). Com efeito, em números absolutos, quer o sector industrial, quer, sobretudo, o terciário registam aumentos da ordem das 19 mil e das 51 mil unidades, respectivamente.

A estrutura da distribuição percentual entre os três sectores da actividade alterou-se também profundamente nestes dez anos, como mostra o quadro seguinte. Note-se, apesar de tudo, o peso ainda consideravelmente alto do sector primário, quando comparado com a maior parte dos países da União Europeia.

Quadro 1

Anos	Primário	Secundário	Terciário	Total
1981	56%	15%	29%	100%
1991	37%	21%	42%	100%

¹ European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, *First European Survey on the Work Environment, 1991-1992*, Dublin, EFILWC, 1992.

Uma segunda observação interessante é, também aqui, a de uma progressão, embora lenta, da feminização deste estatuto sócio-profissional, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 2

Anos	Homens	Mulheres	Total
1981	69%	31%	100%
1991	66%	34%	100%

141

Finalmente, registe-se, para 1991, a distribuição percentual dos trabalhadores por conta própria segundo a região (NUT II), bem como a “taxa de independência” (n° de trabalhadores por conta própria X 100 sobre o n° total de activos) que se observa em cada uma destas regiões:

Quadro 3

Região	%	Taxa de independência
Norte	35	12%
Centro	25	19%
Lisboa e V. T.	29	11%
Alentejo	6	17%
Algarve	5	19%
Total	100	

Como se vê, apesar de a grande ocorrência do fenómeno acontecer nas regiões mais industrializadas e terciarizadas de Lisboa e do Porto, os valores do peso relativo da “independência” agrupam-se em dois padrões distintos: um, mais baixo, correspondente precisamente a Lisboa e Porto, e outro, mais alto, correspondente às regiões “periféricas” restantes.

4. A recente realização de um inquérito a uma amostra estatística representativa dos trabalhadores empregados em Portugal² constitui uma boa oportunidade para agora ensaiar-

² “Estudo sobre as condições de segurança, higiene e saúde no local de trabalho”, CEPCEP — Universidade Católica Portuguesa, sob a direcção de Manuel Braga da Cruz, 1993.

A metodologia do inquérito consistiu na administração directa e presencial de um questionário, feita a domicílio, a uma amostra por quotas, representativa

mos alguns comentários, sobre informação original, interessando a investigação sociológica que está decorrendo sobre o trabalho independente no nosso país³.

Trata-se, em primeiro lugar, de um exercício de medida comparativa entre os estatutos de "independência", de "assalariamento", de "cooperativização" e de "familiaridade" que foi possível obter na amostra. Em seguida, apresentar-se-ão alguns resultados relativos a certos indicadores das condições de trabalho em que os independentes desenvolvem a sua actividade profissional.

Antes, porém, seja-nos permitido começar por referir algumas das diferenças encontradas entre a nossa amostra e o universo, tal como podemos agora conhecê-lo através do Censo realizado em 1991. Assim, a nossa amostra continha 37% de mulheres (contra 31% no Censo), não sendo crível que tal resulte da evolução verificada naquele lapso de tempo de dois anos. Em qualquer caso, é claro que se observa sempre uma certa "masculinização" deste estatuto, certamente pela tradicional reserva para o sexo masculino de certas actividades (agricultura, pesca, algum artesanato e serviços), embora o inverso também ocorra (confeccões, certos domínios da saúde e do corpo, educação, etc.).

Por outro lado, a distribuição por classes etárias observada na amostra indicou uma percentagem de 5% para os 15-24 anos, de 30% para os 25-39 anos, de 38% para os de 40-54 anos, e de 29% para os de idade igual e superior a 55 anos. Esta distribuição indica um indisfarçável acesso tardio à condição de independência, já que as medidas estatísticas de tendência central se situam na categoria dos 40-54 anos e as duas categorias extremas, embora de definição não perfeitamente simétrica, apresentam valores profundamente desiguais, em prejuízo dos mais jovens.

A "maturidade" dos trabalhadores independentes é também visível através do indicador da antiguidade neste estatuto: 31% dos independentes inquiridos estão nele há mais

do universo da população activa empregada de mais de 14 anos, excepto patrões, do Continente Português, com base na fonte constituída pelo Inquérito ao Emprego do INE, 4º Trim. 1991. A amostra comportou 4 902 inquiridos, com uma taxa de sondagem da ordem dos 1/1000.

Os resultados aqui apresentados foram analisados por João Freire, que colaborou nesta pesquisa, e são publicados com a aquiescência do responsável pelo estudo e da entidade destinatária, o Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

³ Projecto de investigação sociológica "Os trabalhadores independentes", CIES-ISCTE, sob a responsabilidade de João Freire, 1992-94, financiado pela JNICT (contrato nº PCSH/C/SOC/157/91) e apoiado por várias outras entidades.

de 20 anos, sendo que esta percentagem desce para 25% no caso dos afectos às actividades industriais e para 22% nos dedicados ao comércio e serviços; em contrapartida, eleva-se para 35% entre os pescadores e atinge mesmo os 58% entre os agricultores (incluindo aqui a pecuária e a silvicultura).

Por outro lado ainda, cerca de 63% de todos os independentes da nossa amostra já conheceram anteriormente a situação de assalariados e, destes, 43% conheceram dois ou mais empregos. Tudo isto confirma, pois, a ideia geral de que o acesso à independência ocorre predominantemente numa fase da vida profissional do sujeito em que ele já adquiriu algum tipo de experiência e conhecimentos, como assalariado, que o projectam ou motivam para a mudança de estatuto.

No que respeita à incidência do fenómeno da independência segundo os sectores e ramos da actividade económica (com base na CAE, 1973), verificamos que a "taxa de independência" é de 18% no conjunto da indústria (incluindo as extractivas, a construção e a produção e distribuição de energia), de 41% no comércio e serviços e de 59% nas actividades primárias. Note-se que, num quarto sector considerado — o da administração pública e dos serviços de saúde, educação e segurança social —, praticamente definido pela zona de intervenção estatal, ainda os independentes aparecem representados, com quase 3% dos inquiridos!

Penetrando um pouco mais em cada um dos três primeiros sectores, é de referir que, como se esperaria, no ramo da agricultura mais de dois terços dos respondentes são independentes (70%), enquanto nas pescas mais de um terço (36%) trabalha por conta própria. Anote-se ainda a expressão significativa da "taxa de familiaridade" na agricultura (9%) e a quase nula "taxa de cooperativização". Veja-se o Quadro 4, referente ao sector primário.

Quadro 4

Ramos	Taxas de:				Total
	Indepên- dência	Assalaria- mento	Coopera- tivização	Família- ridade	
Agricultura	71%	20%	0%	9%	100%
Pecuária	33%	67%	0%	0%	100%
Silvicultura	50%	50%	0%	0%	100%
Pescas	35%	63%	1%	1%	100%

No que respeita ao sector secundário, é de destacar a presença dos ramos do mobiliário (com 31%) e da madeira e papel (25%) nas primeiras posições, à frente da construção civil (com 23%), no que respeita às taxas de independência. Todos os restantes ramos se situam abaixo da fasquia dos 20% e, por outro lado, como se esperaria, os “cooperativistas” e “familiares” não têm praticamente expressão neste sector (Quadro 5).

Quadro 5

Ramos	Taxas de:				Total
	Independentes	Assalariados	Cooperativistas	Familiares	
Extractivas	15%	85%	0%	0%	100%
Alimentares	17%	81%	1%	1%	100%
Têxteis e vestuário	17%	83%	0%	0%	100%
Madeira e papel	25%	75%	0%	0%	100%
Quím. e min. ñ met.	7%	93%	0%	0%	100%
Metalúrgicas	13%	86%	0%	1%	100%
Fabr. máq. ñ electr.	6%	94%	0%	0%	100%
Fabr. autom/transp.	14%	84%	2%	0%	100%
Fabr. mobiliário	31%	69%	0%	0%	100%
Prod./distr. energia	7%	93%	0%	0%	100%
Constr. civil	23%	77%	0%	0%	100%

Finalmente, pelo que toca ao sector terciário, o ramo do comércio surge largamente à frente de todos os outros, com uma taxa de independência de cerca de 55%. Depois, numa zona próxima, situam-se os ramos da hotelaria e restauração (28%), dos serviços diversos (23%), dos transportes (22%) e dos serviços informáticos, de investigação e desenvolvimento (20%). Nos ramos dos serviços financeiros e dos correios e telecomunicações, o estatuto de independente tem uma fraca expressão (5% e 4%, respectivamente). Nesta mesma ordem de grandeza se situa a taxa de familiaridade nos ramos do comércio e dos hotéis e restaurantes (com 3% e 4%), sendo nula nos restantes, como quase nula é a presença de “cooperativistas” (Quadro 6).

5. Depois de termos apresentado este conjunto de dados configurados pela nossa amostra, passemos à apreciação de alguns aspectos das condições de trabalho do grupo dos independentes.

Quadro 6

Ramos	Taxas de:				Total
	Independentes	Assalariados	Cooperativistas	Famílias	
Comércio	55%	42%	0%	3%	100%
Hotéis e restaurantes	28%	68%	0%	4%	100%
Transportes	22%	77%	1%	0%	100%
Comunicações	4%	96%	0%	0%	100%
Financeiro	5%	95%	0%	0%	100%
Informático, etc.	21%	79%	0%	0%	100%
Serviços diversos	23%	77%	0%	0%	100%

Um indicador interessante das condições em que os trabalhadores independentes exercem a sua actividade em Portugal refere-se ao trajecto que cobrem quotidianamente entre o domicílio e o local de trabalho. Assim, enquanto 72% dos assalariados residirão a menos de 10 Km do trabalho — percentagem que corresponde exactamente à média da CEE⁴ —, este valor eleva-se para 85% no caso dos trabalhadores independentes. E, numa desagregação interna a esta categoria, tal percentagem sobe ainda para 87% no caso do comércio e serviços, para 90% no caso das pescas, e para 92% no caso — este, não surpreendente — da agricultura. Exceptuado o caso das actividades primárias, estes números sugerem uma possível forte “urbanidade” dos trabalhadores independentes, implantados no coração das aglomerações de vida urbana, grandes ou pequenas, centrais ou periféricas (36% localizam-se na região de Lisboa e vale do Tejo; 60% em povoações de menos de 10 000 habitantes). Indicia também uma possibilidade de ajustamento entre a escolha dos locais de residência e de trabalho muito significativa para os independentes — e sempre mais nítida do que entre os assalariados —, quer este resultado seja obtido sobretudo através da procura de uma habitação próxima do emprego, quer de um emprego próximo da habitação e, possivelmente, por razões atinentes tanto aos custos respectivos (fundamentalmente, do estabelecimento e da habitação), como à duração, custo e comodidade do trajecto, como ainda à segurança do património profissional, já que um estabelecimento perto ou junto da residência permitirá

⁴ Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, *Viagens Domicílio/Trabalho na Comunidade Europeia*, Dublin, FEMCVT, 1988.

uma melhor vigilância. Não é, assim, sem significado o facto de 11% dos independentes inquiridos afirmarem já terem mudado de residência por causa do trabalho. Em qualquer caso, pode pensar-se que, tendo em conta termos de comparação europeus, os trabalhadores independentes portugueses beneficiarão (ainda?) de condições de trajecto quotidiano relativamente favoráveis.

6. Um outro indicador utilizado consistiu na averiguação da frequência de cursos de formação profissional, após a saída do sistema formal de ensino. Esta informação permitiria uma aproximação, ainda que grosseira, à actualização e ao nível dos desempenhos técnicos destes profissionais. Ora, aqui o panorama revela-se bastante sombrio, em particular no que respeita à confrontação com os assalariados. Assim, enquanto 21% destes últimos declararam já ter frequentado pelo menos um curso de formação profissional, a percentagem correspondente, na categoria dos independentes, é praticamente metade: 11%.

Numa análise por sectores, é na agricultura que esta percentagem atinge o mais baixo valor, com 4%, enquanto no sector das pescas há 14% de independentes que receberam formação e na indústria, tal como no comércio e serviços, os independentes que afirmam terem recebido formação constituem 12% do seu grupo. Note-se que, por exemplo, entre os assalariados as correspondentes percentagens atingem 16% (indústria) e 21% (terciário) e, entre os funcionários públicos (e pessoal da saúde, educação e segurança social) se chega aos 34%.

Estes números parecem, pois, apontar para uma fraca actualização dos conhecimentos e das competências dos trabalhadores independentes e, possivelmente, para desempenhos técnico-profissionais assentes sobretudo na experiência do sujeito e muitas vezes marcados pela ineficiência, rotina e empirismo.

7. Outro indicador retido foi o da duração da jornada de trabalho. O Quadro 7 indica as percentagens de trabalhadores que afirmam trabalhar normalmente 7/8 horas por dia, 9/10 horas, e mais de 10 horas, para o total dos respondentes, e separadamente para os independentes, assalariados, cooperativistas e trabalhadores familiares.

Como pode observar-se, as longas jornadas de trabalho concentram-se nos trabalhadores independentes enquanto,

Quadro 7

Duração da jornada de trabalho	Total	Independentes	Assalariados	Cooperativistas	Famílias
7/8 horas	42%	22%	51%	22%	23%
9/10 horas	31%	31%	31%	44%	19%
Mais de 10 horas	17%	38%	8%	22%	19%
Outras durações	10%	9%	10%	12%	39%
	100%	100%	100%	100%	100%

147

inversamente, se registam cada vez menos assalariados à medida que avançamos para maiores durações do trabalho diário. Pode, pois, pensar-se que se está aqui numa dimensão comparativamente negativa das condições de trabalho dos independentes, quando confrontados com os empregados por conta alheia, o que pode significar, eventualmente, uma destas coisas (ou várias, ou todas, simultaneamente):

- as condições económicas actuais da concorrência exigem longas durações de trabalho para assegurar a subsistência do independente no mercado;

- o trabalhador independente “investe” agora em trabalho (quantitativo) dispendido, para beneficiar de uma retribuição (alargamento do negócio, enriquecimento, antecipação da reforma, etc.) em tempo diferido;

- o sentido de responsabilidade, autonomia e propriedade retiram bastante significado à comparação da duração do trabalho com outras situações, designadamente com os assalariados.

Refira-se ainda que, prosseguindo a análise, por sectores, agora apenas para a categoria daqueles que trabalham mais de 10 horas por dia, é nas actividades industriais (artesaniais) que tal percentagem é mais baixa (24% dos independentes deste sector), seguindo-se as pescas (com 30%), a agricultura (37%) e, por fim, o comércio e serviços, onde 43% dos respectivos independentes laboram diariamente mais de 10 horas, quiçá porque é aqui que eles enfrentam directamente a concorrência de verdadeiras empresas, com estruturas e dimensão incomparáveis.

8. Procurou-se ainda uma auto-avaliação feita pelos trabalhadores acerca das condições de risco sanitário da actividade profissional desenvolvida, através da seguinte

pergunta (para uma resposta fechada, em escala de 4 graus): "Considera que a execução do seu trabalho põe em risco a sua saúde?"

Para o total dos 4 684 trabalhadores inquiridos, 8% responderam "muito" (o grau de maior gravidade), sendo também este o nível percentual para o grupo dos independentes, que sobe para 9% no caso dos assalariados. É, de resto, curioso que estes níveis de avaliação aproximem muito, desta vez, independentes e assalariados (um pouco menos, nas pescas), o que autoriza a pensar que a avaliação dos riscos se refere, nas representações mentais dos trabalhadores, muito mais às condições intrínsecas e inerentes à actividade e profissão, do que ao estatuto em que são desempenhadas.

Assim, quando procedemos a uma análise por sectores, já se detectam fortes variações do grau de risco atribuído: para o grupo dos independentes, responderam "muito" à avaliação de risco 5% dos afectos ao sector do comércio e serviços, 10% na indústria, 14% na agricultura e 22% nas pescas, afastando-se, pois, consideravelmente, dos valores médios.

9. Por último, inquiriu-se a amostra interrogada quanto aos acidentes de trabalho e doenças profissionais eventualmente já sofridos. Sendo certo que esta informação se reporta à totalidade da vida profissional passada e não apenas à sua actividade como independente, os resultados apurados indicam valores de sinistralidade quase sempre mais baixos para os independentes do que para os assalariados, enquanto para as doenças profissionais não há geralmente afastamentos significativos entre os dois grupos.

Para o conjunto da amostra, a taxa de acidentes de trabalho registada foi de 19%, taxa que se reduz para 15%, no caso dos trabalhadores independentes, e se agrava para 21%, no caso dos assalariados. Sectorialmente, a mesma tendência se observa (29%-36%, nas pescas; 23%-27% na indústria; 10%-16% no comércio e serviços), com excepção da agricultura onde a sinistralidade atinge mais os independentes do que os assalariados (19% contra 17%). Por seu lado, as taxas de doenças profissionais oscilam entre os 3% e os 4%, com alguns afastamentos maiores na agricultura e pescas.

Estes números podem fazer pensar que as condições de trabalho (e a própria natureza da actividade) serão mais

gravosas para os assalariados do que para os independentes; ou então que certas exigências ligadas à independência — responsabilidade, etc. — funcionarão como protectores de risco e promotores de comportamentos de segurança no desempenho das funções de trabalho.

É uma hipótese que merece explorações complementares, em ligação com os comportamentos observados no que respeita às durações do trabalho, para virmos, no futuro, a desenhar e a circunscrever um modelo interpretativo consistente e eficaz do auto-emprego, nas condições da economia portuguesa da actualidade.

149

10. Em síntese, podemos então dizer que o grupo dos trabalhadores independentes é ainda predominantemente masculino, idoso e de baixa qualificação escolar e profissional, distribuindo-se de forma significativa pelas actividades mais tradicionais do sector primário, do comércio, restauração, transportes, construção civil e indústrias da madeira, embora já se vislumbrem afloramentos interessantes em novas actividades, como no caso dos serviços informáticos e outros.

Elemento importante a aprofundar é o provável “enraizamento” social-urbano dos trabalhadores independentes, em particular no sector terciário, como promotor de uma qualidade de prestação de serviços inter-pessoais que interessará preservar e melhorar, e mesmo como factor dinamizador da própria vida urbana.

Por último, resta a aparente contradição, observada para os trabalhadores independentes, entre condições de trabalho e acidentes. Sendo admissível a desejabilidade de uma melhoria global daquelas condições — quer para assalariados, quer para independentes —, não deixa de ser muito significativo o facto de um dos seus indicadores privilegiados (a duração do trabalho diário, ou semanal) não mostrar influência sensível sobre o nível dos acidentes de trabalho dos independentes, enquanto, por outro lado, a taxa de acidentes apresenta variações paralelas de assalariados e independentes, em função do sector de actividade considerado.

Tal leitura parece poder relativizar a noção de “melhoria” das condições de trabalho num dos termos em que até agora era predominantemente considerada (diminuindo quantitativamente o tempo de sujeição às mesmas), realçando a importância do estatuto em que se desenvolve a actividade — ao

lado dos constrangimentos e riscos específicos da própria actividade — no que respeita aos efeitos e consequências do trabalho sobre a saúde e bem-estar físico e psíquico dos indivíduos activos. ■

Ourém, Agosto de 1994

Referências Bibliográficas

- Atkinson, A. 1986 "Employment Flexibility in Internal and External Labour Markets", Institute of Manpower Studies, Brighton.
- Clutterbuck, D. (org.) 1986 *New Patterns of Work*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Dahrendorf, R. *et al.* 1987 *Nouvelles formes de travail et d'activité*. Dublin, FEACVT.
- Felstead, A.; Leighton, P. (org.) 1992 *The New Entrepreneurs: Self-employment and small business in Europe*. London, Kogan Page.
- Handy, C. 1985 *The Future of Work*. Oxford, Basil Blackwell.
- Loufti, M. 1991 "Physionomie de l'emploi indépendant en Europe et questions de politique générale", *Revue Internationale du Travail*, 130.
- Meulders, D.; Tytgat, B. 1989 "L'émergence d'emplois atypiques dans les pays de la CEE", *Travail et Emploi*, 39.
- OIT 1990 "L'Emploi indépendant: une arme contre le chômage", *Informations OIT*, 2.